

Caminhão terá desconto de até R\$ 99 mil e carro, de R\$ 8 mil

Medida vai custar R\$ 1,5 bilhão, empresas terão crédito tributário e volta de impostos federais sobre o diesel será antecipada

O governo federal lançou ontem um programa de R\$ 1,5 bilhão para baratear os preços de carros populares, caminhões e ônibus e estimular o aumento do crédito e o crescimento da economia brasileira. O anúncio, feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pelo ministro do Desenvolvimento e vice-presidente, Geraldo Alckmin, também inclui o programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas, o Desenrola, prometido ainda na campanha eleitoral, que vai vigorar a partir de julho (leia mais na reportagem abaixo).

O desconto para carros de passeio vai variar de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil – e será aplicado com base nos critérios já divulgados, de veículos mais baratos, menos poluentes e considerando a densidade industrial. No caso de ônibus e caminhões, o desconto será entre R\$ 33,6 mil e R\$ 99,4 mil. Para receber esse benefício, o motorista precisa entregar caminhão ou ônibus com mais de 20 anos de uso.

– É um programa enxuto, bem financiado, com sustentabilidade ambiental e fiscal – disse Haddad. – Esperamos que daqui a poucos meses os juros caiam e o crédito fique mais acessível – completou Alckmin.

O programa, inicialmente idealizado para baratear apenas a venda de carros novos de até R\$ 120 mil, numa tentativa de resgate ao chamado carro popular, foi reformulado para abranger caminhões e ônibus. A medida terá prazo de até quatro meses.

Roupage

Em 25 de maio, o vice-presidente afirmou que haveria redução nos impostos em veículos com preços de até R\$ 120 mil, o que diminuiria em até 10,96% o valor de carros zero-quilômetro. Após críticas dos ambientalistas e outros setores da sociedade, o pacote para a indústria automobilística foi redesenhado na tentativa de uma roupage “verde”.

Em vez de reduzir os tributos, o governo também decidiu conceder o desconto direto no preço dos veículos. A medida anunciada originalmente pelo Ministério do

Desenvolvimento previa desconto por meio de isenção tributária. O plano, porém, foi reformulado pelo Ministério da Fazenda. Com a nova versão, o valor do bônus será aplicado na nota fiscal ao consumidor e compensado depois pelas montadoras no recolhimento dos tributos, por meio de créditos tributários.

O montante de R\$ 1,5 bilhão do pacote será dividido da seguinte forma: R\$ 300 milhões para ônibus, R\$ 500 milhões para carros e R\$ 700 milhões para caminhões. Caso o montante seja atingido antes de quatro meses, o programa será encerrado, destacou Haddad.

Contrapeso

O ministro da Fazenda havia adiantado mais cedo que o pacote havia sido reformulado e iria focar mais em caminhões e ônibus. A informação foi dada antes de o ministro se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para bater o martelo sobre o pacote automotivo.

– A gente repaginou o programa e ele ficou mais voltado para o transporte coletivo e de carga, mas o carro também está contemplado – afirmou Haddad.

O aceno ao segmento de caminhões e ônibus vem como contrapeso a uma medida que irá atingir o setor para colocar o pacote de pé. O governo irá antecipar a renegociação do diesel, que estava prevista para janeiro do ano que vem, para bancar o programa.

A volta da cobrança de impostos federais sobre o diesel será feita em duas etapas: metade em setembro e a outra metade, em janeiro de 2024. Em 90 dias, o governo vai voltar a cobrar em tributos, por litro do diesel, R\$ 0,11 dos R\$ 0,35 que haviam sido desonerados.

Na opinião de Haddad, o programa automotivo vai estimular a competição entre as montadoras por mais descontos. Ele ainda avaliou que o segmento voltado a caminhões, ônibus e vans irá aumentar a demanda por esses veículos e retirar das ruas automóveis velhos.

– Vai criando um círculo virtuoso – afirmou o ministro.



Haddad e Alckmin anunciaram as duas iniciativas federais

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda

“É um programa enxuto, bem financiado, com sustentabilidade ambiental e fiscal. (...) A gente repaginou o programa e ele ficou mais voltado para o transporte coletivo e de carga, mas o carro também está contemplado.”

Sobre o pacote automotivo

“O programa (Desenrola) depende da adesão dos credores, uma vez que a dívida é privada. Entendemos que os credores queriam participar do programa dando bons descontos justamente em virtude da liquidez que vão ter porque vai ter garantia do tesouro.”

Sobre o programa Desenrola, de renegociação de dívidas

Renegociação de dívidas vai começar em julho

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem a medida provisória que cria o Desenrola, programa elaborado pelo governo federal para renegociação de dívidas. O ministro explicou que, embora o texto tenha sido assinado, a abertura do sistema para credores ocorrerá em julho, por razões “burocráticas”.

Fernando Haddad confirmou que o Desenrola irá atender inadimplentes que recebem até dois salários mínimos (R\$ 2.640) e tenham dívida de até R\$ 5 mil. Ele avaliou que os credores irão ofertar bons descontos no programa, devido à liquidez garantida pelo Tesouro Nacional.

– Vamos adquirir carteiras com maior desconto. A ideia é que o credor dê maior desconto porque ele sabe que, ao incorporar no programa, o crédito passa a ser líquido, com garantia do Tesouro – explicou Haddad, destacando que o Desenrola será avaliado pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO), instrumento criado na pandemia que conta com quase R\$ 10 bilhões em recursos.

O programa, que depende da

adesão dos credores, poderá impactar 30 milhões de CPFs negativos, considerando apenas as dívidas inscritas até o fim do ano passado, estima o governo.

Perdão

De acordo com Haddad, os credores que escolherem participar do programa terão que “imediatamente” perdoar dívidas de até R\$ 100. O ministro afirmou que 1,5 milhão de brasileiros têm dívidas nesse valor.

– É um programa governamental que depende dos dois lados convergirem. Mas o Banco do Brasil estima que vamos ter sucesso, todos os bancos privados e públicos foram consultados e a nossa previsão é que o setor privado também vá participar do programa – acrescentou.

Segundo dados da Serasa, empresa especializada em informações financeiras, na média do país, 43,43% da população com mais de 18 anos de idade tinha deixado de pagar dívidas em março. É a marca recorde da série iniciada em 2016 pela Serasa. Naquele mês, 70,71 milhões de inadimplentes deviam, em média, R\$ 4.731.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Programas de incentivo Pagina: 6